

Dossiê especial • Auditoria Interna Governamental • Análise, Discussão e Perspectivas no Espaço Lusófono

Quo Vadis? A reflexão crítica sobre os caminhos e o papel da auditoria interna governamental contemporânea é desafiadora e precisa ser realizada para produção de luzes que guiem e apoiem o redirecionamento, cada vez mais constante e necessário, no posicionamento desta função na seara pública, imersa em desafios avassaladores em meio às complexidades, velocidade e a fluidez com a qual rumamos ao progresso, ao futuro, sem nada além das experiências já vividas, e em vivência, como retratado pelo quadro de Paul Klee (1920), o *Angelus Novus*, que ilustrou nossa chamada de trabalhos.

Segundo Héraclito, tudo flui e nada é permanente, exceto a mudança, assim o progresso, o futuro, é im permanente, tende a alterações em suas formas, modos, usos. Pelo menos, era assim até a modernidade. Beck (2016) nos alerta que, na contemporaneidade, um novo termo reflete melhor o fluir ao futuro, a metamorfose.

Sob o olhar de Beck (2016) devido a transformação das sociedades, da tecnologia e seus avanços exponenciais, devemos olhar cada vez mais cuidadosamente para o futuro não esperando apenas o conforto das mudanças, mas nos preparando para uma possível metamorfose, que vai além de uma evolução em torno de um núcleo imutável, e sim, da instauração de uma nova forma de ver, pensar ou fazer algo, podendo ao fim, resultar na transformação total do fazer anterior existente.

Conectando o anjo de Klee em sua perspectiva moderna do futuro, temos o olhar ao passado, que continua a nos fornecer os únicos recursos possíveis para reflexões e conhecimentos sobre o que virá, e a perspectiva da metamorfose de Beck (2016), que inclui no voo do anjo maior velocidade e impermanência e traz, a seu ver, a destruição mais feroz em tudo que estava construído rumo a uma metamorfose das atividades, ações, instituições.

As reflexões críticas sobre o futuro da profissão da auditoria no setor público, o pensar sobre o pensar, talvez seja a ferramenta mais poderosa que tenhamos para entendermos e atuarmos, em pleno voo, e poderemos nos preparar e a nossas instituições para as entregas e expectativas que serão de nós requeridas, evitando sermos submersos nos destroços de uma metamorfose não percebida, evitamos que o rinoceronte cinza nos atropеле no curso da história.

As reflexões e conhecimentos que podem nos guiar rumo ao futuro da profissão são produzidos nos encontros de práticas, pessoas e ideias. Nessa senda, o Dossiê especial **Auditoria Interna Governamental - Análise, Discussão e Perspectivas no Espaço Lusófono**, realizado com o apoio institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), se propôs a ser um espaço destinado a estimular o pensar além fronteiras, promover a divulgação e disponibilizar a produção científica em auditoria interna governamental com essa finalidade.

A chamada ao pensar a auditoria interna governamental feita por esse Dossiê Especial entrega aos leitores um material de amplitude temática, metodológica e de forma, que reflete a rica integração advinda dos os povos falantes de língua portuguesa, e celebra o rico debate que emerge das diversidades, não só nas epistemologias adotadas, mas também das visões que provêm das experiências vividas, sob a mesma temática da auditoria interna governamental, nas diversas arquiteturas de poder e controle, histórica, política e dos níveis de maturidade institucional nos países lusófonos.

A auditoria interna em geral e governamental em particular, vive um momento de atenção. Após uma fase de posicionamento e regulação interna, conceitual e normativa densa, desde a ‘explosão da auditoria’ dos anos de 1990, em diferentes níveis nos países lusófonos, o desafio de entregar e adicionar valor às organizações se impõe para além das expectativas narradas antes. O futuro chegou e precisamos evidenciar o valor público que nossa profissão se dispôs a entregar, que as estruturas conceituais delinearam e na qual foram investidos recursos públicos e criadas expectativas sociais.

A fase de debates e aprendizados normativos, o olhar ‘para dentro’ alcançou um platô e tem, como futuro, a realização de alterações cada vez mais pontuais e mais lentas, próprias da maturidade. Essa fase de consolidação da organização interna da função através da regulação e definições, ainda que mais lenta, não deve ser motivo de descuido do olhar mais apurado. É preciso que seja acompanhada com atenção e ceticismo, próprio da profissão, devido a sua possível contaminação por interesses privados ou lobbys, não necessariamente republicanos, que assombram qualquer ambiente regulatório e potencialmente gerador de receitas, como no caso em tela.

Em meio a uma profusão de positavações de estruturas e conceitos, que se seguiu ao período da regulação interna, na busca por consolidação temática e autoridade institucional própria da tecnocracia, o momento também pede atenção dos auditores internos governamentais para o ajuste ou retorno a cenários principiológicos da função auditoria, que assegurem a flexibilidade necessária para evitar o seu esvaziamento e que seja carcomida por si e suas regulações, contaminada por conformidades normativas, e perca o direcionamento do olhar às entregas esperadas pela sociedade e gestão, onde o cidadão e os serviços públicos devem ser a preocupação e destinação central dos poucos recursos disponíveis.

A consolidação profissional no setor público da função auditoria interna, ora alcançada ou em curso pelas instituições dos países lusófonos, nos impõe analisar nossa atuação, utilizando nossos próprios modelos e métricas de exame e, com ceticismo necessário, sermos capazes de com um mínimo de viés, traçar um plano de futuro para a ação da auditoria interna governamental que tenha efetividade no apoio ao gestor público e a sociedade, para o alcance de melhores serviços a todos nós, que como auditores somos parte e meio como executores e contribuintes na seara pública.

O nosso voo rumo ao progresso deve ser guiado pelos instrumentos que utilizamos no trabalho de auditoria, métricas de eficiência, efetividade, olhar crítico também é necessário sobre nossa atuação, sobre as regulações que produzimos ou demandamos e, particularmente, sobre como influenciamos a gestão e os gestores.

Essa observação mais distanciada e reflexiva precisa ser exercitada pela profissão para além de aplicações ou redundância na afirmação de benefícios de modelos de consultorias ou associações, para que possamos conduzir as mudanças rumo ao atendimento do interesse público, com foco nos serviços aos cidadãos, sem apegos moralistas ou tecnocratas, de modo a promover mudanças ou metamorfose que nos conduza a permanência e não a obscuridade ou pior, aos porões destinados a burocracia disfuncional e não efetiva que tanto combatemos.

A seguir apresentamos uma síntese dos trabalhos que compõe esta edição, integrada, além deste editorial, por uma entrevista e quatro trabalhos que compõem o Dossiê Especial, além de uma resenha e um artigo selecionados para publicação pelo fluxo de submissão contínuo, em virtude de inegável mérito acadêmico.

O dossiê é iniciado com uma entrevista do Diretor da Inspeção-Geral de Finanças, licenciado em Economia e pós-graduado em Estudos Europeus e em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental, Renato Felisberto Pinho Marques acerca da função Auditoria Interna Governamental em Portugal e no ambiente da União Europeia, na expectativa de que a abordagem deflagre a inquietação acadêmica de nossos leitores para futuros estudos comparados naquele e em outros contextos.

Em seguida, Regina Santos, Severino Queiroz e Adriana Vasconcelos apresentam Relato de experiência de uma Controladoria-Geral: o enfrentamento à COVID-19 pelo Município de João Pessoa, trabalho que identificou os aspectos implementados pela Controladoria-Geral daquele município que contribuíram para o enfrentamento à COVID-19 pela Gestão Municipal, por meio de abordagem qualitativa associada à análise interpretativista. O relato demonstrou como os eventos relacionados com a criação do órgão, sua reestruturação e a adequação auxiliaram o accountability, transparência e o exercício do controle social.

No artigo “Auditoria interna governamental: uma revisão rápida das alterações na forma de atuação a partir da publicação da IN SFC nº 3/2017”, Patricia Alvares de Azevedo Oliveira, Fernanda Guedes Araujo e Gabriela de Oliveira Silva abordam, por meio de uma revisão bibliográfica, as evidências das alterações na forma de atuação das unidades de auditoria interna governamental (UAIG) com a publicação da Instrução Normativa SFC nº 3/2017. Foram selecionados estudos contendo análise da forma de atuação das UAIGs antes e após a publicação do instrumento. Os resultados mostram um alinhamento da atuação das UAIGs e uma qualificação da etapa de planejamento após a publicação do normativo, não tendo sido verificada melhoria significativa nas etapas de execução e comunicação.

“Intuição no ceticismo profissional do Auditor: Revisão da literatura” é a contribuição de José Antonio Gouvêa Galhardo ao Dossiê Especial. O artigo discute o uso da intuição pelos auditores, explorando sua relevância para a detecção de fraudes, considerando as preocupações sobre o seu uso. O autor identifica que, apesar das iniciativas para aumentar o conhecimento sobre o ceticismo profissional, ainda falta orientação prática sobre o uso apropriado e como documentá-lo. O artigo conclui que a literatura acadêmica é escassa, e a resistência normativa ao conceito por parte de organizações normatizadoras pode ser a causa, propondo uma agenda de pesquisa para o tema.

Fechando o dossiê, Fábio Assunção Guimarães apresenta o trabalho “Potenciais ganhos de escala através da integração de Ciência de Dados (Data Science) ao modus operandi da Atividade de Auditoria Interna: Um estudo de caso referente às atividades do Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos (GEAIC) da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE)”, - em franco diálogo com o último Dossiê Especial veiculado por este periódico - avaliando se há potenciais ganhos de escala através da integração de Ciência de Dados (Data Science) ao modus operandi da Atividade de Auditoria Interna, por meio de um arcabouço teórico baseado na teoria dos custos de transação e de economia institucional. Os resultados demonstram que, combinada ao processo de auditoria interna, a Ciência de Dados pode contribuir para aumentar a produção sem elevação do custo médio de longo prazo da operação.

Claudio Henrique Fontenelle Santos enriquece esta edição com uma resenha do livro “Government transparency: state of the art and new perspectives” (Transparência governamental: o estado da arte e novas perspectivas - tradução livre), de Gregory Porumbescu, Albert Meijer e Stephan Grimmekhuijsen e lançado em julho de 2022, no qual o conceito de transparência governamental em camadas é apresentado, aprofundado e desenvolvido.

Por fim, Mário Sérgio dos Santos Martins apresenta em “Taxonomia de Riscos: uma ferramenta do Gerenciamento de Riscos Corporativos – ERM” a taxonomia como uma regra de classificação aplicável à dinâmica de gestão de riscos das organizações. O autor utilizando-se de revisão de literatura, conclui que diversos estudos defendem resultados positivos para a utilização sistemática da classificação de riscos, sugerindo entrega de valor que extrapola o benefício de aderência a requisitos regulatórios, nada obstante tratar-se de um tema ainda incipiente na literatura.

Desejamos uma ótima leitura!

Os editores